

A COMPOSIÇÃO SOCIAL E IDEOLÓGICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NAS ELEIÇÕES DE 2000 E 2004

Breno Pacheco Leandro¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o perfil dos vereadores eleitos no início do século XXI, pelas eleições de 2000 e de 2004. Através de uma pesquisa quantitativa, foram utilizados dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos 73 candidatos que compuseram a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) nas duas disputas eleitorais consecutivas. O nosso enfoque são as elites locais, como o artigo realizado por Rojas e Carlomagno (2014). A metodologia utilizada segue o estudo de Rodrigues (2009), comparando a composição social, com a ocupação dos eleitos e a ideologia partidária. Neste aspecto concluímos que, muitas das características do perfil legislativo federal se repetem na esfera municipal. Com algumas ressalvas, na CMC ocorre uma forte presença de ocupações liberais e políticos profissionais, baixa representação de empresários e funcionários públicos, e um número elevado de advogados que atingem o sucesso eleitoral. A predominância do sexo masculino, maior faixa etária entre as candidatas e a alta escolaridade, são particularidades a serem destacadas. As ocupações tendem a repetir as conclusões dos estudos nacionais, porém a representação de profissionais por ideologia não chega a ficar tão nítida, contudo é possível observar empresários e profissionais liberais no bloco da direita, sindicalistas e professores à esquerda, e por fim, no centro uma maior diversidade.

Palavras-chaves: Elite política; Composição Social; Vereadores de Curitiba; Câmara Municipal de Curitiba.

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Contato: brenopleandro@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo detalhar o perfil da elite política de Curitiba no início do século XXI. Fazendo a análise da composição social dos vereadores e vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), utilizando o recorte de tempo das eleições que ocorreram nos anos de 2000 e de 2004, estas eleições foram escolhidas devido à escassez de dados das disputas eleitorais anteriores. O debate desenvolvido neste trabalho foi feito através de análise bibliográfica. Os dados manipulados foram adquiridos através do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que possui um banco de informações fornecidas pelos próprios candidatos e candidatas, de domínio público e fácil acesso.

Mas o que se sabe sobre esses candidatos e candidatas? Por quais partidos se elegeram? Qual o perfil social destes representantes? A intenção deste trabalho é saber detalhes essenciais, como escolaridade e ocupação, a fim de concluir se realmente existe um perfil majoritário na CMC nestas eleições. A hipótese é que os candidatos e candidatas eleitos possuíam um perfil político semelhante nas duas eleições, e tal perfil é em igual maneira semelhante quando comparado ao da elite política dos Estados e do Congresso.

Há pouca literatura nacional que estuda especificamente a composição da elite municipal. Para embasar as concepções a serem demonstradas, utilizaremos pesquisas importantes que influíram para a metodologia deste tipo de análise. O primeiro é o trabalho de Rodrigues (2009), sobre o perfil sócio ocupacional dos deputados federais. A segunda pesquisa é a de Codato e Costa (2011), onde os autores discutem as diferenças e dicotomias existentes entre a Câmara dos Deputados (RODRIGUES, 2009) com o Senado, abrangendo o período da pós-redemocratização até a eleição de 2010.

Como referência ao estudo de elites locais, utilizaremos o artigo produzido por Rojas e Carlomagno (2014), que retrata as eleições gerais para os cargos legislativos municipais no Estado de São Paulo, abrangendo toda a esfera paulistana, em disputa eleitoral do ano de 2012. A pesquisa sobre as Câmaras Municipais de São Paulo também será utilizada para a codificação das ocupações profissionais dos candidatos eleitos, quando formos retratar as características sócio ocupacionais.

Para o aspecto metodológico, o artigo selecionado “Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico”, de Codato, Costa e Massimo, faz um estudo para definir as ocupações anteriores à trajetória política, seguindo um modelo mais analítico, fazendo um teste empírico sobre os deputados federais nas disputas de 2006 e 2010 e obtendo o resultado de que categorias sociais e de gênero podem ser mais corroboradas pelos atributos profissionais. Para esclarecer os quadros ideológicos, juntamente com as definições de Rodrigues, embasaremos no trabalho de Cesar Zucco Jr (2009), onde o autor retoma a discussão sobre as ideologias partidárias no Brasil, através de um questionário que examina a auto declaração ideológica dos candidatos e a importância da ideologia nos comportamentos dos deputados federais na 51ª Legislatura. Levaremos em consideração também a abordagem de André Marengo e Miguel Serna (2007), sobre o recrutamento legislativo em três países, Brasil, Uruguai e Chile, considerando os espectros ideológicos partidários como determinantes para a escolha dos candidatos que concorrem nas eleições.

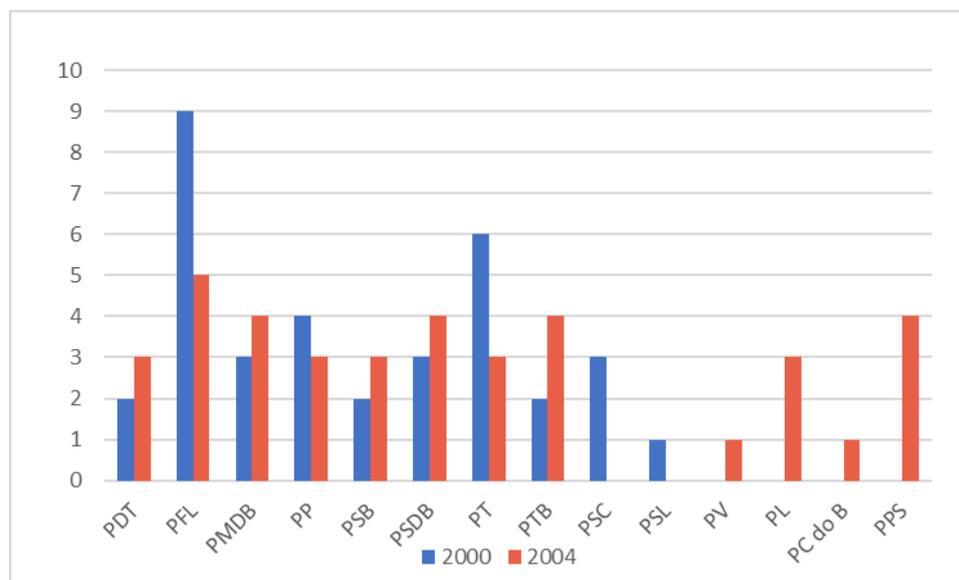
2. COMPARANDO AS DUAS ELEIÇÕES- 2000 E 2004

Ao analisar os dados das duas eleições, focaremos na relevância dos partidos para a construção da composição das elites políticas. No agregado entre os partidos que tiveram representatividade, pode se notar um aumento da participação partidária de uma eleição para outra, levando em conta o fato de o número de cadeiras ter aumentado. Porém, alguns partidos que se elegeram em 2000 não conseguiram assentos em 2004, gerando uma rotatividade partidária de uma eleição para outra, com influência das coligações que também sofreram alterações.

O que mais chama a atenção quando olhamos as mudanças ocorridas entre as duas eleições é o aumento da fragmentação partidária: ao invés dos maiores partidos melhorarem sua representação (aumentando suas bancadas), são os menores partidos que alcançam cadeiras. Além do mais, as maiores siglas diminuem suas bancadas (PFL de nove para cinco cadeiras, PT de seis para três cadeiras). Desse modo, em 2004, foram 12 partidos com representação na Câmara Municipal de Curitiba (contra dez partidos em 2000). Neste gráfico vemos os fatos citados acima, pois há a diminuição da representatividade focada em dois partidos (PFL e PT), um aumento nos partidos que alcançaram um maior número de candidatos

eleitos e uma nova configuração dos partidos que conseguiram participação na CMC (sai PSC e PSL, entra PV, PL, PCdoB e PPS).

Gráfico 1- Composição partidária da em 2000 e 2004



Fonte: Elaboração própria.

Na pesquisa realizada através dos dados do TSE sobre as eleições de três anos seguidos, 1996, 2000 e 2004, Maria Teresa Miceli Kerbauy (2005) mostrou a análise dos dados gerais das eleições legislativas em todo Brasil e apresentou aspectos regionais de vereadores e vereadoras. Um dos registros deste artigo é que as forças locais dos partidos são semelhantes à fragmentação partidária nacional (KERBAUY, 2005 p. 347). Nas disputas para vereadores em Curitiba participaram entorno de 29 partidos na eleição de 2000 (um número relativamente alto), o que gera um impacto no processo eleitoral e reflexos nas atuações na CMC.

Outro fato que podemos comparar é a intensidade dessa fragmentação partidária, por exemplo, dentre os partidos que elegeram candidatos nas Câmaras Municipais no Brasil, o mais bem-sucedido nos anos 2000 é o PMDB, mas em 2004 ele não conseguiu obter o mesmo feito, dividindo os números com PFL e PSDB. Em Curitiba, podemos notar que em ambas as eleições, o PFL dominava o número de cadeiras. E que o PT, não conseguiu manter seu bom desempenho na eleição de 2004 e a fragmentação aumentou consideravelmente.

2.1. A IDEOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DA CMC 2000 E 2004

Para determinar as ideologias destes partidos, utilizaremos o trabalho desenvolvido por Cesar Zucco Jr. (2009), *Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros*, que pelas respostas obtidas através da aplicação de um *survey*² de uma série de equações feitas por autoclassificação e classificação dos parlamentares, com uma variável de um a dez, avaliaram os principais partidos na 53ª legislatura (ZUCCO, 2009, p.2). Pelas respostas dadas pelos deputados, foram delimitadas as ideologias partidárias, as transições dos partidos entre os eixos mais extremos e acompanhando a movimentação de cada um, entre os polos de esquerda e direita (ZUCCO, 2009 p.5-6). Usando a definição de esquerda, centro e direita do próprio autor para estabelecer um parâmetro:

[...]poderia-se definir arbitrariamente esquerda como o conjunto de parlamentares que com maior probabilidade de preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo. Similarmente, o de direita seriam caracterizados por uma preferência prevista maior em relação a um modelo de mercado puro, e os de centro seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre estado e mercado. (ZUCCO, 2009 p.12).

Dados os princípios de cada equação, foi estruturada uma tabela das posições ideológicas de cada partido de 1990 a 2009, agregando materiais de outras pesquisas já realizadas. Recorreremos a esta tabela como método de classificação dos partidos que ocuparam a CMC. Para dividir os partidos ideologicamente utilizaremos o modelo estabelecido por Rodrigues (2009), com três blocos ideológicos.

Essa configuração ideológica dos partidos foi utilizada também em outros trabalhos, como o artigo de André Marengo e Miguel Serna (2007)³, que analisam a composição social e o recrutamento partidário em três países: Brasil, Uruguai e Chile. No trabalho dos autores podemos concluir mais explicitamente como há um padrão de recrutamento entre os partidos de esquerda, centro e direita. Através de pesquisa realizada com os deputados federais, foi possível compreender como a composição social influi na seleção partidária.

² “Neste método, aplica-se um *survey* aos congressistas, pedindo ao entrevistado para localizar o seu próprio partido em uma escala esquerda-direita e depois para localizar os outros partidos na mesma escala. Aplicando este questionário a entrevistados de todos os partidos, obtém-se a auto-percepção partidária e a percepção geral que os demais têm de cada partido – em geral, entende-se esta última como mais precisa.” (ROJAS & CARLOMAGNO p. 99, 2014).

³ Esclarecendo que, apenas alguns destes partidos brasileiros estão presentes na Tabela 1, são eles: PFL, PSDB, PMDB e o PT.

Tabela 1- Distribuição ideológica-partidária na CMC em 2000 e 2004

Esquerda	Centro	Direita
PT	PMDB	PFL
PDT	PSDB	PP
PSB	PPS	PTB
PC do B		PL
PV		PSC
		PSL

Fonte: Elaboração própria.

Partidos como PT, PDT, PSB, PCdoB e PV encontram-se no bloco da esquerda. Durante os dois mandatos em pauta, estes partidos ocuparam 21 cadeiras das 73 que estavam em disputa. A maior legenda foi o PT, com nove candidaturas eleitas. Em segundo lugar, as duas bancadas com mais representatividade foram PDT e PSB, com cinco eleitos por partido. Essas quatro legendas se repetiram nas duas eleições. Partidos menores como PV e PCdoB só conseguiram representatividade em 2004, ocupando uma cadeira cada um. Com maior realce na CMC em 2004, a maior legenda do bloco, o PT, superou seu principal opositor nas eleições, o PFL.

No eixo central tiveram 18 cadeiras ocupadas. Os dois partidos mais expressivos são o PMDB e PSDB, cada um ocupou sete lugares nos dois períodos. O PPS obteve quatro candidatos eleitos em 2004. As legendas com maior representatividade tiveram os mesmos números nas duas eleições, com aumento de uma cadeira de uma eleição para outra. Um dos aspectos que chamam atenção nos partidos de centro, é que o PSDB e o PMDB, partidos nacionalmente fortes, não possuem a mesma expressão na CMC.

Por último, nos partidos da direita encontramos o maior número de eleitos nos pleitos eleitorais. Com um total de 34 assentos no bloco, o partido que teve o número de mais relevância foi o PFL com 14 cadeiras. Entre as eleições (2000 e 2004) e comparando aos demais partidos, o PFL foi o que mais conseguiu atingir representantes na CMC. No caso do Estado do Paraná, algumas pesquisas já apontaram certos aspectos partidários, como o exemplo do PFL. Segundo Codato e Cervi, o PFL, partido mais forte da CMC nas duas eleições analisadas nesse trabalho, teve uma representação específica no Paraná, dividida em duas partes:

antes e depois de Jaime Lerner, pois “nunca se tratou do controle do governo por determinado partido, mas exatamente do seu inverso: do controle do partido por determinado governo” (CERVI; CODATO, 2006, p. 271). Isso afetou a estrutura partidária do PFL, pois ao invés de ser o partido do governo acabou se tornando um partido para o governo (personalismo de Lerner), afetando a força estrutural estadual, como descrito pelos autores.

As eleições de 2000 e de 2004 tiveram uma ideologia partidária mais tendenciosa à direita, ocupando a CMC. No pleito de 2000, os partidos de direita, tinham maior força parlamentar do que os partidos de esquerda, porém, na eleição de 2004, a fragmentação partidária na CMC abriu oportunidade para uma nova configuração ideológica com partidos mais de esquerda. Dentro da Câmara, mesmo com maior número de bancadas à esquerda, os candidatos eleitos continuaram a ser de maioria do eixo da direita.

Segundo Costa e Bolognesi (2014), os partidos do Paraná têm a sua estrutura partidária determinada por 3 fatores: separação entre grandes e médios, formação da identidade ideológica e a orientação do partido em relação ao vínculo partidário nacional, ou seja, se o partido segue as orientações da executiva nacional ou não. Diversos elementos contribuem para a fragmentação e a representação parlamentar menos centralizada nos âmbitos do Legislativo e Executivo. Essa fragmentação possibilita que a polarização nacional chegue também ao nível estadual, como PT e PSDB, partidos recorrentes nas disputas nacionais, e o PMDB como partido *catch-all* no centro dessa polarização, que desde a saída do Requião do executivo nacional, gerou uma fragmentação representativa.

Além dos aspectos ideológicos partidários, as características socioeconômicas dos candidatos eleitos em cada eleição serão decisivas para definir se há ou não um perfil entre os vereadores nas disputas de 2000 e 2004. O próximo tópico terá como objetivo visualizar informações essenciais como ocupação, sexo e escolaridade dos 73 vereadores da CMC nestes períodos.

3. O PERFIL DOS ELEITOS NAS CANDIDATURAS DE 2000 E 2004

A intenção deste capítulo é fazer um comparativo entre as duas disputas eleitorais para concluirmos se há um perfil majoritário de vereadores na CMC, homens de 40 a 60 anos, vinculados a partidos da direita. Nos anos 2000, 10

partidos conseguiram acesso à CMC (o PFL possui a maior representatividade entre os partidos), ocorreu a reeleição de alguns nomes que já exerciam uma cadeira no poder legislativo e houve ingresso de novos membros. Na eleição do ano de 2004, com 38 cadeiras em disputa, manteve-se a heterogenia no perfil de candidatos e a supremacia dos eleitos pelo PFL.

3.1. Sexo

O nosso ponto de partida é a predominância do sexo masculino na ocupação das cadeiras legislativas. Dos 35 vereadores que ocuparam o cargo em 2000, apenas 3 são do sexo feminino e na eleição posterior, com o aumento do número de cadeiras para 38, houve um aumento no número de candidatas eleitas, passando a representatividade para 5 vereadoras.

No artigo sobre recrutamento e perfil dos candidatos da Câmara dos Deputados em 2006, feito por Braga, Veiga e Miríade (2009), uma das categorias de análise adotadas pelas autoras é a questão de gênero, masculino e feminino, na composição de recrutamento e de eleitos(as). Um dos fatores abordados é que mesmo com a existência do sistema de cotas para candidatas, a percentagem é muito baixa no recrutamento partidário - em torno de 12% -, e isso gera um reflexo no número de candidatas eleitas, atingindo apenas 7,8% na Câmara de Deputados em 2006 (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009 p.133).

Os dados coletados pelas autoras levam à discussão proposta por Norris e Lovenduski (1995), sobre as duas possibilidades que podem gerar a baixa adesão feminina na política, a primeira seria a *demand dos selecionadores* e a *oferta de candidatas* (Norris e Lovenduski, 1995 *apud* BRAGA e col., 2009):

Os autores questionam se o baixo número de mulheres candidatas e eleitas pode ser resultado da ausência de demanda dos selecionadores – que tenderiam, direta ou indiretamente, a dificultar as candidaturas femininas – ou da falta de oferta de candidatas – na medida em que a divisão do trabalho dentro de casa, a discriminação no mercado de trabalho e o tradicional padrão de socialização fariam com que a mulher tivesse menos recursos de tempo e dinheiro, além de menor nível de ambição política.

Podemos sugerir a atuação dos mesmos fatores na CMC, pois em ambos os anos (2000-2004), a taxa de sucesso na disputa eleitoral entre o sexo feminino, segundo dados disponíveis do TSE, teve uma média de 3% do total do número de candidatas inscritas nos dois períodos. E a máxima de sucesso eleitoral por cadeira chegou ao patamar de 13% na eleição de 2004, lembrando que além de ter um

aumento em comparação à disputa de 2000, de 8% para 13%, houve o acréscimo de 3 cadeiras disponíveis na CMC, e as candidatas adquiriram uma maior representatividade, mesmo estando ela bem abaixo do que a dos vereadores masculinos.

Um fato de destaque é que mesmo com a baixa adesão feminina na competição eleitoral, a maioria das mulheres presentes na disputa, aproximadamente 80%, possuía ensino médio completo e ensino superior incompleto/completo. Uma realidade muito diferente dos candidatos homens ao cargo de vereador. A autora Maria Teresa Miceli Kerbauy (2005), comprovou que este levantamento não é exclusivo da CMC, mas sim no âmbito nacional. Segundo a sua análise, a grande maioria das candidatas nas eleições de 1996, 2000 e 2004, possuía um nível maior de formação no quadro nacional e no quadro por regiões. E especificando a região Sul e Sudeste tiveram o maior índice de mulheres com formação maior ou igual ao ensino médio (KERBAUY, 2005, p. 342).

O que é constatado na CMC é que para as candidatas conseguirem o sucesso eleitoral dependem de aspectos como o nível de escolaridade elevado, diferente do que observado entre os homens.

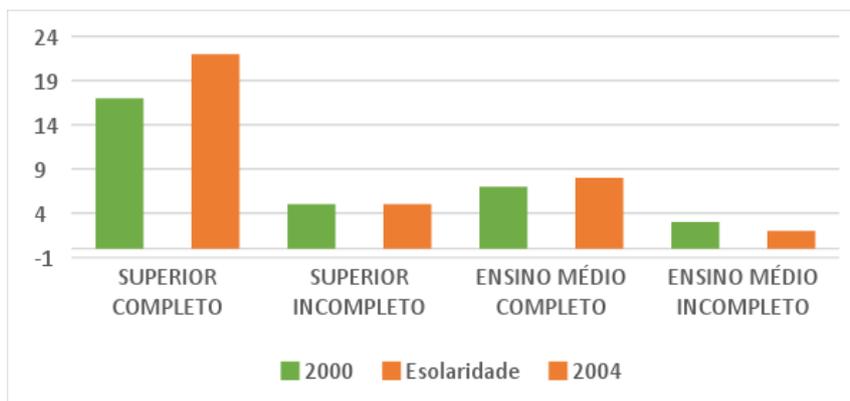
3.2. Idade

Dentro deste paradigma, a variável idade pode ser vista para concebermos uma relação entre a preferência de escolha dos eleitores e a faixa etária dos candidatos eleitos. De um modo geral em cada eleição temos dados interessantes. O primeiro ponto é que dentre as candidatas eleitas, nas duas eleições a idade mínima foi de 38 anos, sendo que a média etária em cada eleição entre as mulheres é de idades próximas à 54-56 anos. Isso demonstra que o sucesso eleitoral entre o sexo feminino pode ter uma relação direta com a maturidade das candidatas. No sexo masculino, essa média cai aproximadamente dez anos, variando entre 44-45 anos. Ao todo, a média etária na CMC variou entre 45 anos em 2000 e 47 anos em 2004. E na segunda eleição analisada, nenhum candidato possuía idade inferior a 30 anos. Na comparação das duas eleições, a máxima e a mínima de idade ficaram entre 21 anos (Alexandre Curi - PFL) e 77 anos (Dona Lourdes do Santa Quitéria, nome de urna - PSB).

3.3. Escolaridade

Outra variável importante nessa análise é a escolaridade dos candidatos eleitos. Podemos observar que mais da metade dos 73 vereadores possuem diploma superior em ambas as eleições e que há um número muito baixo de ocupantes legislativos sem o ensino médio completo.

Gráfico 2- Escolaridade por Candidato, CMC-2000/2004



Fonte: Elaboração própria.

Na literatura é possível encontrar razões para o nível de escolarização dos candidatos. Segundo o artigo “A profissionalização da classe política brasileira no século XXI” de Adriano Codato e Luiz Domingos Costa, tendo a análise dos perfis sócio profissional dos deputados federais a partir de 1998 até 2010, uma das compreensões da preferência partidária por candidatos com ensino superior é porque “produz impactos significativos nas chances de sucesso eleitoral[...]” (CODATO; COSTA, 2011 p.16).

Candidatos com mais escolaridade tendem a ter maior prestígio social, o que facilita na hora de concorrer a uma cadeira. Porém, na esfera legislativa ocorre um efeito contrário à esfera federal: aproximadamente 50% dos candidatos a vereadores que disputaram uma cadeira possuíam formação educacional igual ou menor que o ensino médio completo. Essa informação é corriqueira nos municípios brasileiros. Ao cruzarmos estes dados com a póstuma eleição ocorrida para a CMC, no ano de 2004, esse dado diminui e não atinge metade dos candidatos, mas continua sendo muito alto o índice de escolaridade menor que o ensino médio, aproximadamente 46%.

Segundo Odaci Coradini (2012), esse dado é difuso quando comparados os cargos de modo hierárquico no Brasil (vereadores>prefeitos>deputados estaduais>governadores>deputados federais>senadores), quanto maior o nível na

escala política, maior o grau de escolaridade. O autor pesquisou a formação escolar e as ocupações dos candidatos nas eleições legislativas de 2004 e nas eleições gerais em 2006, e observou que no caso dos vereadores, o grau de escolaridade é baixo quando comparado aos senadores:

Em termos numéricos, para mencionar apenas alguns exemplos, entre os candidatos a Vereador não eleitos há 5,18% (contra 4,86% do conjunto do universo) que apenas lêem e escrevem e 17,77% (contra 16,02% do conjunto do universo) com o curso superior incompleto. No polo oposto os candidatos a Senador não eleitos têm uma quantidade muito pequena (0,6%) dos que apenas lêem e escrevem e bem mais da metade (66,87%) com curso superior completo e a situação dos candidatos não eleitos a Governador, a Deputado Federal e a Deputado Estadual é semelhante. (CORADINI, 2012 p.112-113)

A partir do Gráfico 6, podemos notar que, diferente do que proposto por Coradini, o eleitorado acaba elegendo vereadores com maior nível educacional, muitas vezes mesmo sem saber, e essa escolha pode ser um reflexo de outros fatores, como prestígio social, ativismo político entre os mais instruídos, maiores recursos envolvidos na campanha eleitoral, etc.

Podemos afirmar que na disputa eleitoral do início do século XXI, tivemos um isolamento na eleição, sendo que a elite política legislativa se concentrou entre os candidatos com ensino superior completo, mas havendo uma grande concorrência entre os menos instruídos.

3.4. Ocupação

Outra demanda essencial para explicar o perfil dos vereadores das legislaturas de 2000 e 2004 é a ocupação profissional dos candidatos antes de seu ingresso nos mandatos. Para isso foi necessário o desenvolvimento de uma categorização das profissões dos eleitos, dado o vasto número de casos e singularidades.

A codificação será embasada em trabalhos realizados com análises de perfil, como a de Rodrigues (2006, 2009), Rojas e Carlomagno (2014), e Codato e Costa (2011); para melhor entendimento das ocupações, será demonstrado na íntegra a partir das categorias listadas pelo TSE e a agregação produzida através de idealizações metodológicas para explicar a composição da CMC na primeira eleição do século XXI.

Para a análise geral dos dados, muitas categorias não conseguem explicar de maneira significativa o que isso representa no caso das ocupações, para isso

agregamos os dados de modo que diminua o número ocupações representadas no questionário do TSE⁴. Nos estudos sobre perfis da elite política, a variedade de profissões sempre foi um problema para ser discutido. Normalmente essa aplicação tem um volume de dados muito maior do que 73, podendo ser ainda mais categorizado para obter um resultado mais detalhado. Mantivemos as declarações intactas, apenas agregamos em seis grandes eixos: Profissionais Liberais; Funcionários Públicos; Empresários, Economistas e Administradores; Políticos Profissionais; Advogados e Outros.

Gráfico 3- Radar de Ocupações Profissionais Agregadas, CMC-2000 e CMC-2004⁵



Fonte: Elaboração própria.

Podemos levantar dois polos principais nas ocupações profissionais da CMC, *Profissionais Liberais* e *Políticos Profissionais* (levando em desconsideração a categoria *Outros* pela escassez de informação). Essas duas extremidades demonstradas pelo gráfico mostram que ambas as categorias juntas teriam

⁴ Utilizamos basicamente a metodologia dos três textos citados anteriormente, Rodrigues (2009), Rojas e Carlomagno (2014), Codato e Costa (2011), excluindo apenas categoria advogados da categoria profissionais liberais para que possa ser indagado com um corpo de dados mais robustos e não tão escassos em cada categoria: como ocorre na tabela de ocupação de 2004 com a categoria funcionário público. Os dados foram agregados das seguintes formas em *Profissionais Liberais*: Farmacêutico, Médico, Despachante, Locutor e Comentarista de Rádio e Televisão e Radialista, Porteiro de Edifício, Ascensorista, Garagista e Faxineiro, Engenheiro, Vendedor de comercio varejista e atacadista; *Empresários, economistas e administradores*: Empresário e Produtor de Espetáculos Públicos, Proprietário de Estabelecimento Industrial, Bancário e Economiário; em *Outros*: Não informada, Outros, Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados, Aposentado; em *Funcionários Públicos*: Militar em geral, Servidor Público Estadual; em *Políticos Profissionais*: Membros do Poder Legislativo: Senador, Deputado e Vereador; e por fim os *Advogados*, por ser uma parcela grande dos ocupantes, optei por separá-los dos profissionais liberais.

⁵ A visualização deste gráfico apresenta uma desigualdade em relação às ocupações. Para ser igualitária deveria mostrar um hexágono no radar, no entanto, demonstra um losango, afirmando as desproporcionalidades.

aproximadamente 45% de toda a Câmara Legislativa em 2000. Aparentemente esse dado é superficial, porém, após compararmos com as linhas ideológicas partidárias, será mais fácil definir o perfil socioeconômico dos candidatos por partido. Das 73 cadeiras da CMC das duas disputas, 14 tiveram políticos profissionais ocupando o cargo, em torno de 20% do total, e por ser uma categoria homogênea, diferente dos profissionais liberais (variedade de ocupações), é um dado significativo dos membros legislativos.

O agregado Profissionais Liberais é o que apresenta o maior número de candidatos, levando em conta que é aquele que reúne o maior número de profissões. Algumas profissões com status socialmente importantes, como engenheiros e médicos, podem ser vistas nestes aspectos com pouca representatividade. Nas eleições da CMC, podemos observar que na política local é explícito o domínio dos profissionais liberais (incluindo os advogados para comparação com a pesquisa do senado e dos deputados federais, já que os autores lhes agregam nessa categoria) e dos políticos profissionais. Em Rodrigues (2009, 2006), podemos observar na composição de recrutamento partidário dos profissionais liberais três classes predominantes: engenheiros, médicos e advogados. Na CMC, duas dessas ocupações tiveram baixo número de eleitos, porém contrariando uma tendência nacional e internacional, em Curitiba, o contingente de advogados possui uma forte representação, nas duas eleições analisadas. Diferente da pesquisa de Rodrigues, onde a maioria dos ocupantes da CD eram empresários, na CMC em 2000, a parcela da categoria de Empresários, Economistas e Administradores é menor que a de profissionais liberais.

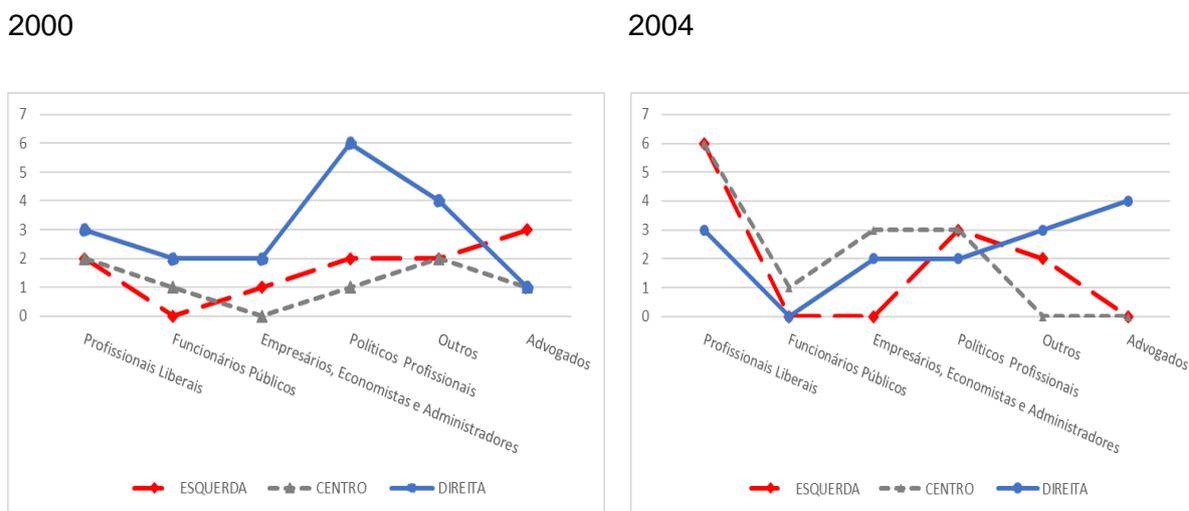
Na CMC, podemos visualizar nas duas eleições analisadas, que o funcionalismo público ainda não gerou um resultado tão expressivo como as categorias mais tradicionais. Da mesma forma que os licenciados (professores e professores do ensino superior) tiveram representatividade muito baixa, ao ponto de não ser necessário a agregação da categoria para demonstrar no radar, pois nas duas eleições tivemos apenas um professor do ensino superior ocupando cargo legislativo.

O que podemos levantar nesses casos é que foi possível observar que as categorias ocupacionais refletem, não em mesma escala, o que ocorre na câmara legislativa federal.

4. IDEOLOGIA: REFLEXOS NA CMC

Em 2000, os partidos de direita tiveram uma predominância em relação aos outros partidos, e também, em todas as ocupações⁶. Com seu ápice na categoria de políticos profissionais (total de seis candidatos), e apenas um advogado, equivalendo ao bloco do centro, porém inferior ao bloco da esquerda. Como podemos observar no Gráfico 4:

Gráfico 4: Ideologia por ocupação:



Fonte: Feito pelo autor.

Vemos que houve uma configuração da composição das ocupações muito diferente das eleições: em 2000, no bloco ideológico da esquerda, podemos ver a presença de Empresários, Economistas e Administradores, uma categoria que normalmente é mais corriqueira nos partidos de direita e centro, mas como visto no gráfico, sem expressão no eixo Centro na CMC nessa eleição. Já a categoria de Advogados possui um maior número do que as outras linhas ideológicas. Por fim, o eixo Centro possui menor número de candidatos eleitos, sete ao todo, e foi superior apenas na categoria Funcionários Públicos em relação ao bloco da esquerda. As diferenças em 2004 começam pela presença de Profissionais Liberais como sendo a categoria mais forte na esquerda e no centro. Além disso, constatamos quase nenhuma participação de funcionários públicos entre os eixos ideológicos (apenas um no centro), e também maior presença de Empresários, Economistas e Administradores, quando comparados à legislatura anterior, um equilíbrio entre o

⁶ Ocupações agregadas.

número de Políticos Profissionais eleitos entre todos os eixos, e a categoria Advogados, apresentando-se exclusiva aos partidos de direita.

São notáveis algumas características dos trabalhos realizados com os vereadores de São Paulo e com os deputados estaduais da 51^o Legislatura. Rodrigues (2009) demonstrou em sua obra que os partidos de esquerda tendem a ter um afastamento de candidatos provindos do setor público, e que nas Câmaras de São Paulo, esse dado se consolidou novamente. Na CMC, pudemos notar o mesmo caso, sendo que nas duas eleições, não existiu sucesso eleitoral por parte da categoria Funcionários Públicos no bloco ideológico da esquerda.

Outro fato constatado entre as eleições em análise na CMC, é a diminuição brusca dos Políticos Profissionais e o aumento dos Profissionais Liberais. Partidos do centro e da esquerda encontraram maior sucesso entre os candidatos desta categoria. Uma das explicações para isso é que há uma vastidão de ocupações nesta categoria, ainda mais consolidada neste estudo para melhor visualização dos dados, segundo Leôncio (2009), “[...] é indicativo de que se trata de um ramo de atividade internamente bastante heterogêneo” (p.46).

No caso de ocupações consideradas clássicas sobre determinados eixos no âmbito federal, por exemplo, os professores e sindicalistas, mais fortemente representados nos partidos de esquerda, tendem a repetir tais peculiaridades, mas em menor escala. No caso da CMC, essas duas ocupações não apresentam a mesma escala como vista no caso dos deputados e senadores, ou com o grande número de vereadores de São Paulo, porém o único sindicalista de profissão declarado, o vereador Manassés Oliveira é do PT, trazendo essa singularidade ideológica para essas eleições. Outro parâmetro comum neste bloco ideológico, a categoria dos Professores, foi pouco vista nesta análise da CMC.

No bloco ideológico da direita, uma das ocupações que mais chama a atenção no gráfico, com um alto número de declarados nas duas eleições, é a ocupação *Outros*. No trabalho de Rojas e Carlomagno, essa variável também teve uma grande percentagem no eixo da direita (ROJAS; CARLOMAGNO, 2014 p.106). Podendo ser discutido aqui essa incógnita atribuída por certos vereadores em suas carreiras profissionais, pois a análise dos autores ocorre no mínimo dez anos depois da primeira eleição analisada nesta pesquisa, e também observam o mesmo dado.

O que demonstramos através destes dados é a composição ideológica nas duas eleições estudadas, através da determinante ideologia. Podemos perceber que

na literatura nacional e estadual, é possível definir certos parâmetros sobre as ocupações utilizando a ideologia como intersecção. As informações são muito parecidas com a disputa eleitoral de São Paulo em 2012. Os resultados encontrados pelos autores se aproximam do que foi encontrado na CMC. Do mesmo modo que no âmbito federal, com algumas ressalvas, podemos achar traços nítidos de divisão ideológica possuindo características nos três eixos, e que esses atributos refletem na esfera municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa conseguimos responder aos objetivos propostos inicialmente. Porém devido à limitação dos dados, algumas perguntas denotam maiores informações. Quando comparamos a CMC a outros casos de composição social, nota-se que muito da esfera federal se repete na escala municipal, com algumas ressalvas, principalmente em relação às ocupações.

No caso da CMC, na comparação entre as duas eleições, evidenciamos um aumento na fragmentação partidária, e diferenças entre as ocupações profissionais em 2000 e 2004. O perfil dos eleitos, entre as eleições, tem características que se repetem, como por exemplo, as candidatas eleitas demonstram maior nível de instrução e faixa etária acima dos 45 anos, a pouca adesão de jovens na disputa política e o capital escolar dos candidatos é importante para o sucesso eleitoral. Sobre a composição social e os aspectos ideológicos-partidários, a forte presença de representantes da categoria *Advogados*, sendo que a categoria *Empresários* não atinge a mesma importância e significado que tem na esfera federal, como no Senado e na CD, e também foi constatado um alto índice de candidatos autodeclarados na categoria *Outros*, deixando sem definição a sua ocupação;

Ideologicamente os partidos predominantes na CMC são em sua maioria do eixo ideológico da *Direita* e é o eixo que demonstrou menor escolaridade entre os três eixos, e por fim, a elite municipal possui características próprias, porém de um modo geral, se encaixa nos padrões estudados em cargos federais (CD e Senado) e da esfera estadual (São Paulo) observados na literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.1, 1988.

BOLOGNESI, Bruno., 2013. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 21(46), pp.45–68.

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano, 2016. A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil. In: *Anais do 10º Encontro Associação Brasileira de Ciências Políticas*. Belo Horizonte- MG: 2014

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009.

CERVI, Emerson; SOUZA, Nelson Rosário de. Imprensa e eleições municipais de Curitiba em 2000 e 2004: as coberturas da Folha do Paraná e da Gazeta do Povo. *Revista Temas & Matizes*, n. 6, p. 34-44, 2004.

CERVI, Emerson U., and Adriano N. CODATO. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos, 2011. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010). In: *Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2011.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 346-362, 2014.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 109, 2012.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos Deputados Federais (1998-2010). *Comunicação Apresentada*, n. 35º, 2011.

Costa, Luiz Domingos, and Bruno Bolognesi. O Sistema Partidário no Paraná: do Personalismo à Estruturação. *Revista Debates* v. 8.1, pp. 221-243, 2014

COSTA, Luiz Domingos & CODATO, Adriano (2013). *Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República*. IN: MARENCO, André (org.). *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013

DOS SANTOS, Sandra Avi. Estudos sobre comportamento eleitoral em municípios brasileiros. *Paraná Eleitoral*, v. 1, n. 1, 2012.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165-208, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000*. Acesso em Março/2017. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>

Kauchakje, S. *Valores sobre direitos e política social entre vereadores de Curitiba*. Acervo UFPR, 2013. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31949>. Acessado em Abril/2017.

KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*. v. XI, nº 2, p. 337-365, 2005

Lei 9.504/1997 - Estabelece normas para eleições. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: Outubro/2016

MARENCO dos SANTOS, A. & SERNA, M., 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), pp.93–113.

MILLS, C. Wright. *A elite no poder*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed, 1962.

NAZARENO, Louise Ronconi de. *Redes sociais e coalizão de governo em Curitiba 1985-2004*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2005

PERISSINOTTO, R.M. & Miríade, A., 2009. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), pp.301–333.

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Dürkheim e Weber*. 2ª ed. Ver. Amp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RODRIGUES, L. M. . *Partidos, Ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro, Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROJAS, Felipe Alejandro Guerrero; CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Elite política local e legislativo municipal no estado de São Paulo: partidos, ideologia e composição social. *Agenda Política*, v. 2, n. 1, p. 94-115, 2014.

SANTOS, André Luiz Marengo dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2000.

SIQUEIRA, Raíza Alves de Sá. Mediações políticas: estudo do cotidiano de um vereador carioca. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 45-54, 2009.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. SE, 2005.

Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados e Estatísticas das eleições de 2000 e 2004 por município: Curitiba*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/eleicoes-2002> e <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004>. Acesso em: novembro 2016

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *Seminário Legislator Views of Brazilian Governance*, Universidade de Oxford. 2009